

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO
DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS

Comissão Permanente de Avaliação da Extensão Universitária

Institucionalização da Extensão nas
Universidades Públicas Brasileiras:
estudo comparativo 1993/2004

2ª Edição

COOPMED
EDITORA MÉDICA 

2007



Coordenação Nacional do FORPROEX

Institucionalização da Extensão nas Universidades Públicas Brasileiras: estudo comparativo 1993/2004

2ª Edição



© 2006. Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Ensino Superior. Fórum de Pró-Reitores de Extensão nas Universidades Públicas Brasileiras. Comissão Permanente de Avaliação da Extensão Universitária. Universidade Federal da Paraíba, Editora Universitária – ISBN: 85.7745-031-7
2007 – 2ª ed. rev. ISBN: 978-85-85002-97-8

Este livro ou parte dele não pode ser reproduzido por qualquer meio eletrônico sem a autorização escrita do detentor dos direitos autorais

Editoras:

Editora Universitária/UFPB
João Pessoa – PB
Coopmed – Cooperativa Editora e de Cultura Médica
Av. Alfredo Balena, 190
30130-100 – Belo Horizonte – MG
www.coopmed.com.br
(31) 3273-1955

Editoração Eletrônica: Know-how Editorial



Catálogo na fonte:

I59i Institucionalização da extensão nas universidades públicas brasileiras: estudo comparativo 1993/2004 / Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Comissão Permanente de Avaliação da Extensão Universitária. – 2ª ed. – João Pessoa: Editora Universitária da UFPB; Belo Horizonte: Coopmed, 2007
90 p. (Coleção Extensão Universitária; 5).
ISBN: 978-85-85002-97

Estudo elaborado pela Comissão Permanente de Avaliação da Extensão Universitária composta por Maria das Dores Pimentel Nogueira, Sonia Regina Mendes, Fernando Setembrino Cruz Meirelles, Rossana Maria Souto Maior Serrano, Maria José Telles Franco Marques e Tatiana Comiotto Menestrina.

1. Extensão universitária. 2. Universidades e faculdades. 3. Avaliação. I. Forum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. II. Comissão Permanente de Avaliação da Extensão Universitária.

CDU: 378.4



Agradecimentos

À Secretaria de Educação Superior

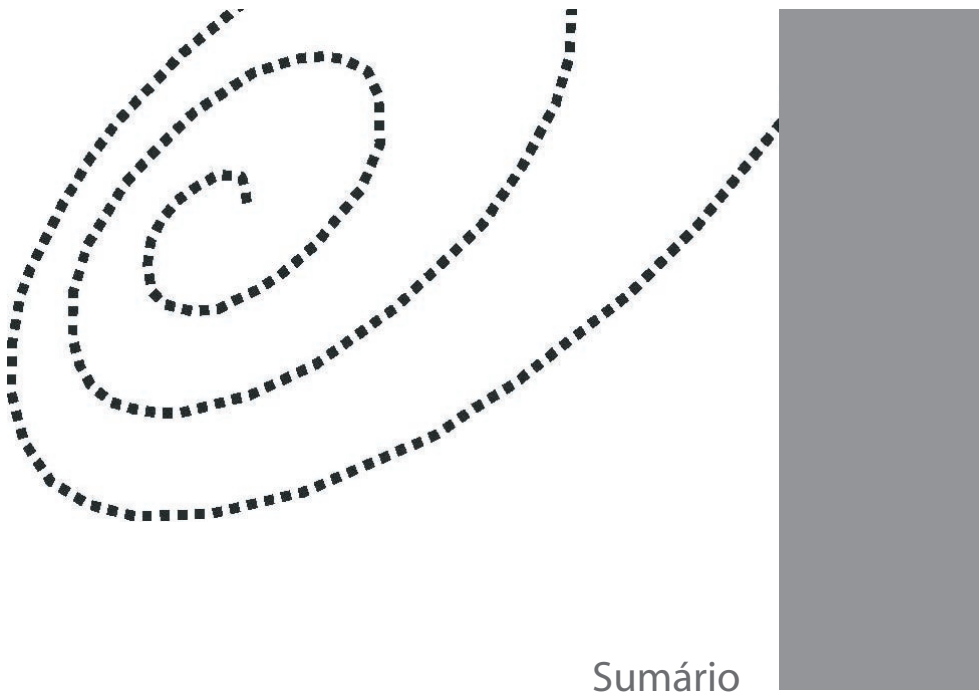
Ministério da Educação

Pelo apoio, por intermédio do Programa de Apoio
ao Desenvolvimento da Extensão nas Universidades
Públicas Brasileiras.

Aos pró-reitores de extensão e equipes técnicas
Pelas contribuições ao projeto e pela colaboração
nas respostas aos questionários

Ao Laboratório de Ciência da Computação da UFMG pelos serviços
prestados em tecnologia da informação na aquisição e exportação
das informações sobre a avaliação nacional da extensão.





Sumário

APRESENTAÇÃO.....	9
CAPÍTULO I	
Caracterizando as duas pesquisas comparadas.....	13
CAPÍTULO II	
As categorias comparadas	19
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
REFERÊNCIAS	44
ANEXOS.....	47
INFORMAÇÕES.....	99





Apresentação

Este trabalho, realizado pela Comissão Permanente de Avaliação da Extensão (CPAE) do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX), é parte do processo para a implementação e consolidação da Avaliação da Extensão Universitária Brasileira, que constitui-se política do Fórum, iniciada em 1999. Uma das ações desse processo é a pesquisa *Diagnóstico da Extensão Universitária no Brasil – 2005*¹, que objetiva realizar uma série de investigações sobre a extensão universitária no país, tendo como meta a experimentação de uma metodologia de avaliação institucional da extensão que contribua para a elaboração e implementação de políticas para o Ensino Superior Brasileiro.

A pesquisa baseia-se em dados coletados junto às instituições públicas de educação superior (IPES), tanto federais como estaduais, integrantes do FORPROEX. Foram utilizados cinco instrumentos próprios, elaborados de acordo

¹ Pesquisa apoiada pelo Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Extensão nas Universidades Públicas Brasileiras, projeto Avaliação da Extensão nas Universidades Públicas Brasileiras, MEC–SESU, 2004.

com as dimensões e as metodologias propostas no livro *Avaliação da Extensão Universitária*, publicado pelo MEC em parceria com o FORPROEX, em 2001.

Estas dimensões são:

- Dimensão 1 – Política de gestão;
- Dimensão 2 – Infra-estrutura;
- Dimensão 3 – Relação Universidade-Sociedade;
- Dimensão 4 – Plano acadêmico; e
- Dimensão 5 – Produção acadêmica.

No desenvolvimento deste trabalho, a Comissão Permanente de Avaliação da Extensão estabelece alguns marcos comparativos, utilizando dados selecionados de alguns indicadores dos instrumentos aplicados em 2005 e resultados publicados no documento *Perfil da Extensão Universitária no Brasil – SESu/MEC*, de 1995². Este *Perfil* foi realizado no âmbito do Programa de Fomento à Extensão Universitária, ação do Ministério da Educação e Desporto (MEC), por meio de sua Secretaria de Educação Superior (SESu), com vigência entre 1993 e 1995, e buscou caracterizar o pensamento predominante sobre extensão, as práticas desenvolvidas, as parcerias feitas com organizações e instituições da sociedade civil, a articulação com programações do Estado, o relacionamento com o ensino e a pesquisa, etc.

Cabe esclarecer que a pesquisa de 2005 foi realizada com propósitos semelhantes aos da pesquisa realizada em 1994, ambas dimensionadas a partir dos conceitos e reflexões do FORPROEX. Este conjunto de diretrizes conceituais e políticas para a extensão universitária brasileira vem sendo estabelecido pelo Fórum desde a sua criação, em 1987, registrados em documentos básicos e divulgado entre as IPES que o integram. Isso posto, pode-se afirmar que muitas das análises comparativas, aqui contidas, sobre a extensão universitária, são basicamente aproximações sobre as possíveis compreensões que hoje se tem em termos de uma atividade que, ao longo desses dez últimos anos, reconstruiu-se de maneira dinâmica e complexa em todo o país. Em nenhum momento pretende-se esgotar as possibilidades de análise sobre o movimento da extensão nos

² Perfil de Extensão Universitária no Brasil: instrumentos aplicados em 1994, com base nos dados de 1993, e publicado em 1995. Diagnóstico da Extensão Universitária no Brasil – 2005: instrumentos aplicados em 2005, com base em dados de 2004.

anos 90 em comparação ao início do século XXI, mas não se poderia desprezar a oportunidade de destacar em um documento algumas temáticas da extensão que, mesmo concebidas em épocas diferentes, atravessaram a década.

A seleção sobre os aspectos que seriam analisados foi fruto de uma profunda discussão na CPAE, principalmente sobre a imperiosa necessidade de explicitar ao leitor que a condução inicial da pesquisa de 2005 não tinha como objetivo a análise comparativa com o *Perfil* de 1995, embora ambas procurassem esboçar um diagnóstico da ação extensionista. Portanto, foi necessária uma análise criteriosa sobre os significados da extensão na década de 1990 e da base de dados atuais para que fosse possível identificar criticamente os avanços e perspectivas de desenvolvimento da extensão no país.

Este estudo tem como objetivos principais, analisar comparativamente categorias avaliadas em 1995, no documento *Perfil da Extensão Universitária no Brasil*, com categorias correspondentes da pesquisa *Diagnóstico da Extensão Universitária no Brasil*, realizada em 2005, bem como indicar ao FORPROEX e aos gestores da extensão universitária ações necessárias para a completa institucionalização da extensão nas instituições públicas de educação superior no país.

Esse documento disponibiliza os dados parciais, considerando-se que o instrumento que avalia a dimensão 3 encontra-se em fase de análise.



Capítulo

1

Caracterizando as Duas Pesquisas Comparadas

Desde sua criação, em 1987, o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras tem como uma de suas principais reivindicações a criação de políticas específicas de extensão como parte das políticas públicas para a educação superior brasileira. Dentre essas políticas, o financiamento da extensão universitária sempre teve papel de destaque, como um ponto básico de reivindicação, visto a sempre presente necessidade de se fomentar projetos sistemáticos nas IPES, com interface com a comunidade, bem como, mecanismos metodologicamente respaldados de avaliação das ações de extensão universitária.

O período compreendido entre 1993 e 1994 caracteriza-se como uma fase de diálogo e forte articulação entre o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e a Secretaria de Educação Superior (SESu) do Ministério da Educação e Desporto (MEC), em especial por meio do Departamento de Política do Ensino Superior (DEPES). A SESu cria, em abril de 1993, a Comissão de Extensão Universitária, com o objetivo de elaborar programas específicos que definam princípios, diretrizes e formas de fomento à extensão nas IES³.

³ Portaria n. 66 SESu/MEC, de abril de 1993.

A Comissão é composta pelos coordenadores nacional e regionais do FORPROEX, pelo diretor do DEPEs e pelo chefe da Divisão de Graduação e Extensão (DIEG), do DEPEs/SESu/MEC.

Esta Comissão elabora então o Programa de Fomento à Extensão Universitária (PROEXTE), que se constitui, de fato, como uma política de extensão para as universidades públicas brasileiras. Com o objetivo de avaliar e julgar os projetos concorrentes ao PROEXTE, cria-se o Comitê Assessor de Extensão, composto por especialistas indicados pelo FORPROEX e pela SESu/MEC.

Após análise dos projetos, o Comitê Assessor fez uma série de recomendações à Comissão de Extensão dentre elas a necessidade de se realizar, local, regional e nacionalmente, discussões sobre a práxis da extensão, seus limites, avanços e contradições. Recomendou, ainda, que se realizasse um levantamento da situação nacional da extensão. Neste sentido, ainda no final do ano de 1993, a DIEG/DEPEs/SESu distribui às universidades públicas um questionário com o objetivo de elaborar um *Perfil* da extensão universitária. Embora recebesse críticas de várias universidades, o questionário foi respondido por 62 IPES, pois o seu preenchimento foi condição para que as universidades concorressem ao Programa de Fomento à Extensão Universitária do ano de 1994. O tratamento dos dados foi realizado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e os resultados publicados, em 1995, em um documento intitulado *Perfil da Extensão Universitária no Brasil*.

A outra pesquisa, cujos dados se utilizam para comparação ao *Perfil* de 1995, é o *Diagnóstico da Extensão Universitária Brasileira*, desenvolvida sob coordenação da Comissão Permanente de Avaliação do FORPROEX. Os trabalhos dessa Comissão iniciam-se no ano de 1999, quando, durante o XV Encontro do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas, cria-se o Grupo de Trabalho (GT) de Avaliação da Extensão Universitária⁴, com os objetivos de resgatar os documentos já produzidos pelo Fórum sobre avaliação, estabelecer indicadores qualitativos e quantitativos para avaliação da extensão universitária, elaborar um Programa Nacional de Avaliação da Extensão e realizar um seminário nacional sobre avaliação.

O GT encontra, na verdade, poucas reflexões elaboradas sobre o tema avaliação da extensão. As mais conhecidas eram produção do próprio Fórum: um estudo coordenado pela Universidade Federal do Pará, em 1992, intitulado *A*

⁴ Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas, Resolução n. 002, de 28 de junho de 1999.

Extensão Universitária no Brasil: Contribuição ao Diagnóstico – Etapa I e os Anais do VII Encontro Nacional do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas, realizado em Cuiabá, Mato Grosso, em 1993. Este sétimo encontro do Fórum teve como tema a avaliação da extensão, constituindo realmente o primeiro momento de reflexões sobre o assunto.

O GT de avaliação iniciou, portanto, seu trabalho propondo criar um referencial teórico sobre avaliação da extensão buscando, para tanto, conjugar conceitos relativos à avaliação na literatura nacional e internacional e os conceitos e diretrizes do FORPROEX sobre extensão universitária.

O I Encontro Nacional de Avaliação da Extensão Universitária foi realizado em junho de 2000, em João Pessoa, na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), durante a realização do XVI Encontro Nacional do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Em dezembro do mesmo ano, o GT de Avaliação entrega ao FORPROEX o documento final *Avaliação Nacional da Extensão Universitária*, que é publicado pelo MEC/ SESu no ano seguinte, como o terceiro volume da Coleção Extensão Universitária. Nesse livro, além de apresentar princípios, conceitos, pressupostos e objetivos da avaliação da extensão, elaborados pelo próprio GT, há uma proposta básica de avaliação para orientar as universidades. O estudo concebe a avaliação da extensão em cinco grandes dimensões a serem investigadas: política de gestão, infra-estrutura, relação universidade e sociedade, plano acadêmico e produção acadêmica. Para cada uma dessas dimensões são definidos categorias e indicadores a serem avaliados sob os aspectos qualitativos e quantitativos. São ainda indicados os procedimentos metodológicos, as técnicas e as possíveis fontes de informação.

Finalizada esta etapa do trabalho, o FORPROEX, constatando a necessidade de dar continuidade ao processo de forma sistemática, em maio de 2001 transforma o GT em Comissão Permanente de Avaliação de Extensão, de natureza técnica e acadêmica. Essa Comissão elabora os instrumentos (Anexos 1, 2, 3, 4 e 5) a serem aplicados em todas as universidades públicas, na forma de cinco questionários, abrangendo as dimensões citadas para se construir diagnóstico da extensão universitária brasileira – 2005.

Os instrumentos foram disponibilizados no sítio da Rede Nacional de Extensão (www.renex.org.br), sendo o Laboratório de Ciência da Computação da Universidade Federal de Minas Gerais responsável pela aplicação da web, aquisição e exportação das informações. Nesse documento, apresentam-se dados obtidos dos instrumentos 1, 2, 4, e 5, preenchidos por 72 universidades, com pequenas variações de um para outro instrumento, conforme demonstra o

Quadro 1. A relação das universidades respondentes aos mesmos instrumentos encontra-se no Anexo 6.

Quadro 1 Definição do universo de análise: Diagnóstico da Extensão Universitária Brasileira – 2005

Instrumento	Ipes Respondentes
Dimensão 1 – Política de gestão	72
Dimensão 2 – Infra-estrutura	70
Dimensão 3 – Relação Universidade – Sociedade	-
Dimensão 4 – Plano acadêmico	66
Dimensão 5 – Produção acadêmica	66

Fonte: Diagnóstico da Extensão Universitária no Brasil, 2005.

Nota: O instrumento que avalia a dimensão 3 encontra-se em fase de análise.



As Categorias Comparadas

Ao aplicar e analisar as respostas aos instrumentos do *Diagnóstico da Extensão Universitária Brasileira – 2005*, a CPAE concluiu pela viabilidade de realizar um estudo comparativo entre os resultados apresentados no *Perfil da Extensão Universitária no Brasil*, publicado em 1995, com dados obtidos em 2005, ou seja, uma década depois. Essa comparação possibilita uma análise do percurso da institucionalização da extensão universitária pública brasileira. A seleção das categorias foi feita levando-se em conta, naturalmente, a possibilidade de estabelecer pontos de convergência entre os dois estudos, nos seguintes temas:

- Concepção de extensão universitária
- Função prioritária da extensão nas universidades
- Formas de operacionalização das ações de extensão
- Instâncias responsáveis pela política e execução da extensão universitária
- Dificuldades para o desenvolvimento da extensão universitária

Categoria 1 – Concepção de Extensão Universitária

A análise do indicador da concepção de extensão universitária à luz dos documentos de 1995 e 2005 necessita algumas observações iniciais. Em 1994, a questão colocada era *como é concebida na prática a extensão universitária pelas*

Instituições Públicas de Ensino Superior? revelando uma visão pragmática de extensão por parte dos formuladores do questionário (Quadro 2). A questão colocada em 2004 (Quadro 3) sobre a concepção de extensão indaga como ela é expressa nos documentos básicos das Instituições Públicas de Ensino Superior, pois a CPAE preocupou-se em definir indicadores que permitissem compreender como se materializa a concepção de extensão universitária nas IPES.

Em 2004, o questionário elaborado buscou apreender a concepção da extensão nos instrumentos legais, bem como a ordem de prioridade das funções da extensão, admitindo a emissão de respostas múltiplas.

Quadro 2 Concepção de Extensão nas Instituições Públicas de Educação Superior – 1993

Concepção	f	%
Função de articulação entre a Sociedade e a Universidade	61	98,4
Função que leva a Universidade ao cumprimento de sua missão social	55	88,7
Função de prestação de serviço por parte da Universidade	40	64,5
Função de politização da Universidade	34	54,8
Função de alimentação/retroalimentação do ensino e da pesquisa (resposta espontânea)	5	8,1
Função de articulação do ensino com a pesquisa (resposta espontânea)	4	6,4
Outras	16	25,8

Fonte: *Perfil da Extensão Universitária no Brasil*, 1995.

Quadro 3 Concepção de Extensão nos instrumentos legais nas instituições públicas de educação superior – 2004

Concepção	f	%
Articulação entre a universidade e a sociedade	71	98,6
Articulação do ensino	66	91,7
Articulação da pesquisa	65	90,3
Promoção de interdisciplinaridade	58	80,6
Transmissão do conhecimento produzido pela universidade	58	80,6
Prestação de serviços	55	76,4
Cumprimento da missão social da universidade	64	88,9
Outros	6	8,3

Fonte: *Diagnóstico da Extensão Universitária no Brasil*, 2005.

Na questão sobre a ordem de prioridade das funções de extensão nas IPES, solicitou-se, em 2004, a indicação da origem dos dados utilizados para comparação, como forma de verificar a solidez da resposta enquanto posição institucional.

Observa-se que, em relação à concepção de extensão universitária, não há mudanças quanto à preponderância do entendimento da função de *articulação entre universidade e a sociedade* (98,4% e 98,6% nos dados de 1993 e 2004, respectivamente) e com relação à missão social da universidade (cerca de 89% em ambas as pesquisas). Entretanto, as relações acadêmicas da extensão com a pesquisa e o ensino saem de simples menção espontânea na publicação de 1995 (cerca de 8,1% e 6,4%), para 91,7 e 90,3% em 2004, o que demonstra a incorporação, pelas IPES, da diretriz da indissociabilidade entre extensão, ensino e pesquisa na organização das políticas institucionais.

Categoria 2: Função prioritária da extensão nas universidades

Nessa categoria, observa-se que, em 2004, as duas funções apontadas como prioritárias por todas as IPES foram a *articulação entre a universidade e a sociedade*, *articulação com ensino* e *cumprimento da missão social da universidade* (Quadro 5), sendo que as dimensões *compromisso social* e *realimentação do ensino e pesquisa* foram as destacadas pelo *Perfil* de 1995 (Quadro 4). Em relação aos dados de 2004, as funções *articulação com a pesquisa*, *articulação com o ensino* e a *promoção da interdisciplinaridade* estão em um nível elevado de priorização, quando considerada a soma das opções alta e média prioridade. A *prestação de serviços*, que aparece como quinta prioridade ponderada em 1993, aparece como função com menos destaque em 2004, o que pode ser explicado pela ampliação do papel acadêmico da extensão, resultado das políticas das pró-reitorias de extensão e das diretrizes do FORPROEX.

Quadro 4 Dimensões indicadas como prioridade da extensão pelas instituições públicas de educação superior – 1993

Dimensão	% de respostas nas IPES	% ponderado
Compromisso social	51,6	16,3
Realimentação do ensino e pesquisa	24,2	14,4
Articulação com movimentos sociais	4,8	11,1
Incentivo à produção cultural	6,5	11,0
Prestação de serviços	9,7	10,8
Realimentação do ensino	4,8	10,4
Articulação com movimentos governamentais	4,8	8,9
Realimentação da pesquisa	1,6	8,8
Captação de recursos para a universidade	1,6	7,2
Outras	1,6	1,1

Fonte: *Perfil da Extensão Universitária no Brasil*, 1995.

Notas: O somatório das respostas das IPES ultrapassa 100% por ter sido permitida mais de uma resposta. Para % ponderado, o fator de ponderação foi 3 para alta prioridade, 2 para média prioridade e 1 para baixa prioridade.

Quadro 5 Funções prioritárias da extensão nas instituições públicas de educação superior – 2004

Função	Alta prioridade		Média prioridade		Baixa prioridade		Número de IPES
	f	%	f	%	f	%	Total
Articulação entre universidade e sociedade	57	80,3	1	1,4	13	18,3	71
Cumprimento da missão social da universidade	47	66,2	5	7,0	19	26,8	71
Articulação com o ensino	48	68,6	12	17,1	10	14,3	70
Articulação com a pesquisa	40	57,1	20	28,6	10	14,3	70
Promoção da interdisciplinaridade	35	50,7	22	31,9	12	17,4	69
Transmissão do conhecimento produzido pela universidade	32	45,7	22	31,4	16	22,9	70
Prestação de serviços	25	36,2	15	21,7	29	42,0	69
Outras	4	23,5	2	11,8	11	64,7	17

Fonte: *Diagnóstico da Extensão Universitária no Brasil, 2005.*

Ressalta-se, também, que as concepções da extensão na maioria das universidades estão materializadas de forma institucional, visto que cerca de 60% das 72 IPES fundamentaram suas respostas em documentos legais e planos de gestão (Quadro 6).

Quadro 6 Base da resposta sobre funções prioritárias da extensão nas instituições públicas de educação superior – 2004

Base da resposta	f	%
Pró-Reitoria de Extensão ou equivalente	61	84,7
Plano de gestão	45	62,5
Busca documental (resolução, estatuto, registros, boletins, etc.)	42	58,3
Opinião pessoal	11	15,3
Outros	6	8,3
Pesquisa (entrevistas, questionários, grupo pessoal)	5	6,9

Fonte: *Diagnóstico da Extensão Universitária no Brasil, 2005.*

Categoria 3 – Formas de operacionalização das ações de extensão

As formas de operacionalização das ações de extensão adotadas na publicação de 1995 foram categorizadas em: projeto, programa, atividade e processo. Em

2005, a CPAE, optou por analisar as ações considerando a classificação adotada pelo FORPROEX e expressa no Sistema Nacional de Informações de Extensão – SIEX, qual seja: programas, projetos, cursos, eventos, prestação de serviços e publicações e outros produtos acadêmicos. Cumpre informar que produtos acadêmicos figuram no instrumento que coletou os dados seguindo orientação constante na versão do SIEX vigente à época. A nova versão do SIEX, implementada a partir de janeiro de 2006, considera “produto acadêmico” não como uma ação específica de extensão, mas como produtos – livros, capítulos de livros, CD’s, filmes, fitas cassete, etc. – gerados no âmbito de qualquer ação de extensão, quais sejam programas, projetos, cursos, eventos ou prestações de serviços.

Quadro 7 Formas de operacionalização das ações de extensão nas IPES – 1993

Formas de operacionalização	Número de IPES respondentes	%
Projeto	57	91,9
Programa	45	72,6
Atividade	44	71,0
Processo	13	21,0

Fonte: *Perfil da Extensão Universitária no Brasil, 1995.*

É possível observar que a regulamentação das ações de extensão vem se consolidando nos últimos anos (Quadro 8). Contudo, nem todas as instituições utilizam o conceito do FORPROEX (Quadro 9), o que demonstra uma apropriação não homogênea das discussões conceituais do Fórum.

As respostas indicam a necessidade de uma investigação por parte do FORPROEX junto às várias IPES dos fatores determinantes desse quadro e proposição de ações e estratégias para alterá-lo.

Quadro 8 Ações de extensão regulamentadas nas instituições públicas de educação superior – 2004

Ações de Extensão	f	%
Programas	64	88,9
Projetos	70	97,2
Cursos	68	94,4
Prestação de serviços	52	72,2
Eventos	67	93,1
Produtos acadêmicos	39	54,2
Nenhuma	1	1,4

Fonte: *Diagnóstico da Extensão Universitária no Brasil, 2005.*

Quadro 9 Ações regulamentadas que se enquadram às orientações do FORPROEX, como exposto no Sistema de Informação da Extensão, nas instituições públicas de educação superior – 2004

Ações regulamentadas	f	%
Programas	49	68,1
Projetos	59	81,9
Cursos	53	73,6
Prestação de serviços	41	56,9
Eventos	54	75,0
Produtos acadêmicos	26	36,1
Nenhuma	6	8,3

Fonte: *Diagnóstico da Extensão Universitária no Brasil, 2005*.

Com a implantação do SIEX, o FORPROEX teve como objetivo construir um banco de dados com informações nacionais. Para tanto, foram definidos os conceitos referentes às atividades de extensão e criadas as áreas temáticas próprias para a classificação das ações da extensão.

O Quadro 10 apresenta os valores coletados pelo *Diagnóstico da Extensão Universitária / 2005*.

A classificação por áreas temáticas propostas pelo FORPROEX em 1998 objetivou expressar e dar visibilidade na atuação das universidades em temas de interesse coletivo, tendo como meta facilitar o diálogo com a sociedade, discussão e implementação das políticas públicas. Passados seis anos de definição e da orientação às universidades para classificação de suas ações de extensão em áreas temáticas verifica-se, após a aplicação dos questionários, que das 72 universidades respondentes, 72,8% classificam suas ações por área temática e 20,8% adotam parcialmente essa diretriz.

Na análise do Quadro 10 pode-se identificar inconsistências, a saber:

- Desnívelamento conceitual na regulamentação das ações, demonstrada tanto através da pequena relação entre o número de projetos vinculados a programas e o número de programas como pela área de comunicação, que apresenta mais programas do que projetos vinculados a programas.
- Inadequação da forma de registro dos dados em algumas universidades, que gerou a necessidade de revisão e confirmação de dados.

Quadro 10 Número de ações de extensão nas instituições públicas de educação superior, por área temática – 2004

Área Temática	Ações de Extensão – f / N						Total
	Programas	Projetos vinculados a programas	Projetos não-vinculados a programas	Cursos	Prestação de serviços	Eventos	
Comunicação	254	244	373	351	239	524	1985
N	42	39	54	44	35	49	
Cultura	418	765	752	845	8181	2028	12989
N	43	42	57	47	36	53	
Direitos Humanos e Justiça	174	404	247	332	6895	398	8450
N	46	44	53	43	39	49	
Educação	864	1549	2202	2161	816	1862	9454
N	56	55	61	51	40	49	
Meio Ambiente	251	373	549	562	(299*) 13145	382	(2416*) 15262
N	43	41	56	46	38	53	
Saúde	841	1452	2215	1244	10956	4187	20895
N	47	50	56	51	40	54	
Tecnologia e Produção	278	418	566	1224	6079	659	9224
N	43	44	56	52	44	51	
Trabalho	177	425	385	437	467	283	2174
N	42	40	54	46	38	48	
Total	3257	5630	7289	7156	(33932*) 46778	10323	

Fonte: Diagnóstico da Extensão Universitária no Brasil, 2005.

* valor obtido após desconsiderar dados de três IPES

Nota: A linha "N" refere-se ao total de universidades que informaram o quantitativo.

De fato, a apresentação dos dados preliminares do Quadro 10 no XXII Encontro Nacional do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, realizado em Porto Seguro no corrente ano, gerou questionamentos que corroboraram essa conclusão, pois o cenário apresentado leva a uma visão distorcida da realidade. Os valores de *prestação de serviços* nas áreas temáticas *meio ambiente, saúde e cultura* de algumas IPES referiam-se ao número de exames ou consultas, pois essa era a forma adotada para o registro das ações. Retirando-se a informação de apenas três universidades para a área de *meio ambiente*, o número de prestações de serviço baixou de 13.145 para 299 ocorrências. Apenas duas universidades somavam mais de 10.500.000 prestações de serviço na área da saúde, pois consideravam cada consulta ou exame como uma ação isolada. Uma única IPES apresentou mais de 320.000 ações na área da *cultura*, na forma de *prestação de serviços*.

A análise do total de ações por área temática não pode desconsiderar a grande variabilidade das IPES, uma vez que algumas delas apresentam concentração de cursos de graduação e pós-graduação em determinadas áreas temáticas.

De modo geral, observa-se uma concentração de ações nas áreas de *Saúde, Educação e Cultura*, focos tradicionais de atuação de extensão. As áreas temáticas mais recentes (Direitos Humanos e Justiça, Trabalho, Tecnologia e Produção) têm seu desenvolvimento vinculado à existência de políticas públicas específicas.

Separando-se por tipo de ação, observa-se que para programas as áreas *Saúde e Educação* são as de maior expressividade quantitativa, com cerca de 26,3% cada uma, mantendo este domínio para projetos vinculados (25,8% e 27,6%, respectivamente) e projetos não-vinculados (cerca de 30% cada uma). Para cursos, a área Educação é a de maior frequência (30,2%), enquanto a área de Saúde destaca-se nos eventos (40,6%). No geral, eventos e projetos não-vinculados são as ações mais frequentes.

Retirando-se as ações de extensão classificadas como prestação de serviços e eventos, observa-se que a área temática educação responde por 29,0% do total das ações de extensão, seguida da saúde (24,7%), cultura (11,9%), tecnologia e produção (10,7%), meio ambiente (7,4%), trabalho (6,1%), comunicação (5,2%) e direitos humanos e justiça (5,0%).

Os dados apontam para a necessidade de uma análise mais estratificada capaz de captar essa diversidade de forma e de aprofundamento acadêmico das ações, bem como a busca de uma uniformidade conceitual para o registro das ações, principalmente na prestação de serviços.

Categoria 4 – Instâncias responsáveis pela política e execução da extensão universitária

Na análise dos dados referentes a 1993, observa-se o papel de destaque das instâncias *Pró-Reitoria de Extensão* e dos *Departamentos/Unidades acadêmicas* na definição, coordenação e planejamento das ações de extensão. Esse papel altera-se na execução, com maior participação dos departamentos/ unidades acadêmicas. A supervisão e avaliação são funções exercidas predominantemente pelas pró-reitorias de extensão (Quadro 11).

Destaca-se, ainda, a informação de pequena participação das *Reitorias* e dos *Conselhos superiores* em relação à extensão, sendo que essa se resume ao que se denominou, à época, “decisão” sobre ações extensionistas.

Quadro 11 Instâncias responsáveis pela decisão, coordenação, planejamento, execução, supervisão e avaliação das ações de extensão nas instituições públicas de educação superior – 1993

Instâncias	Decisão		Coordenação		Planejamento		Execução		Supervisão		Avaliação	
	f	%	f	%	f	%	f	%	f	%	f	%
Reitoria	7	11,3	2	3,2	2	3,2	0	0,0	2	3,2	2	3,2
Conselhos superiores	13	21,0	1	1,6	0	0,0	0	0,0	1	1,6	1	1,6
Pró-reitoria	27	43,6	39	62,9	31	50,0	12	19,4	37	59,7	29	46,8
Câmara de Extensão	9	14,5	17	27,4	12	19,4	17	27,4	18	29,0	24	38,7
Comissões setoriais	4	6,5	2	3,2	2	3,2	5	8,1	5	8,1	6	9,7
Departamento ou unidades acadêmicas	22	35,5	20	32,2	41	66,1	42	67,7	15	24,2	21	33,9
Coordenação do projeto	3	4,8	4	6,5	7	11,3	10	16,1	3	4,8	5	8,1
Nível organizacional não-identificado	4	6,5	2	3,2	5	8,1	4	6,5	6	9,7	5	8,1
Outros órgãos da universidade	2	3,2	0	0,0	1	1,6	3	4,8	0	0,0	0	0,0
Órgão externo à universidade	1	1,6	0	0,0	5	8,1	6	9,7	2	3,2	8	12,9
Outros	1	1,6	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	1,6
Não respondeu	1	1,6	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	1,6	5	8,1

Fonte: Perfil da Extensão Universitária no Brasil, 1995.

A CPAE considerou a idéia de “decisão” como equivalente à definição da política de extensão para efeito de comparação com o Diagnóstico, de 2005. Nesse sentido, observa-se o Quadro 12.

Quadro 12 Instâncias definidoras da política de extensão da universidade – instituições públicas de educação superior – 2004

Instâncias	f	%
Conselho Superior	54	75,0
Reitor e equipe	20	27,8
Pró-Reitoria de Extensão ou equivalente	53	73,6
Unidades acadêmicas (faculdade, instituto, centros, escolas, etc)	23	31,9
Reitor e Pró-Reitor de Extensão	39	54,2
Reitor e Pró-Reitores Acadêmicos	14	19,4
Outras	20	27,8

Fonte: Diagnóstico da Extensão Universitária no Brasil, 2005.

Aqui, as duas instâncias que definem, prioritariamente, a política de extensão nas IPES são as *pró-reitorias de extensão* e os *conselhos superiores*.

Uma parcela significativa (54,2%) das IPES refere-se a uma instância decisória sobre ações de extensão formada pelas *reitorias* e as *pró-reitorias de extensão*, em detrimento à participação de outras *pró-reitorias acadêmicas*, o que pode indicar iniciativas esparsas de integração entre os *pró-reitores acadêmicos*.

Quanto às instâncias classificadas em “outras” observa-se, primeiramente, que a multiplicidade de arranjos institucionais entre as IPES, dificulta uma uniformização de nomenclatura. Essa situação ficou mais evidenciada, especialmente, com o ingresso recente no FORPROEX dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET) que possuem cursos superiores. As vinte respostas classificadas como “outras” podem ser distribuídas, para fins dessa análise, em 5 instâncias colegiadas, 10 conselhos superiores ou câmaras e comitês subordinadas a estes, 3 *pró-reitorias* ou equivalente e 1 *reitoria* ou equivalente. Uma resposta também refere-se ao FORPROEX como instância definidora da política de extensão da IPES.

Os dados referentes a 2004 quanto ao processo de aprovação das ações de extensão são apresentados no Quadro 13.

Quadro 13 Instâncias de aprovação das ações de extensão nas instituições públicas de educação superior – 2004

Instâncias	f	%
Departamentos	60	83,3
Unidades Acadêmicas	53	73,6
Câmaras técnicas	38	52,8
Comissões	32	44,4
Outros	17	23,4
Não existe processo de aprovação	0	0,00

Fonte: *Diagnóstico da Extensão Universitária no Brasil, 2005.*

Das 17 respostas classificadas como outros, seis referem-se a conselhos superiores, cinco a colegiados, dois a comitês, dois a pró-reitorias de extensão, uma a câmara de extensão e uma à assessoria externa. Nesse sentido, com exceção da instância pró-reitoria, a maior parte dessas respostas poderia ser enquadrada nas ações apresentadas como alternativas no instrumento que coletou os dados.

Em relação à avaliação das ações de extensão, não há registros formais, no FORPROEX, de sistemas de avaliação implantados nas IPES em 1993, época em que o Perfil foi realizado. Entretanto no Quadro 11 constam referências à avaliação, realizada, inclusive, por diversas instâncias. Não há informações no documento de como essas avaliações eram realizadas. Ressalte-se que a primeira discussão sobre avaliação da extensão ocorre durante o VII Encontro do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas, exatamente no ano de 1993.

Em 2004, uma parcela significativa das IPES declarou possuir um sistema de avaliação implantado, conforme quadro a seguir.

Quadro 14 Existência de sistema de avaliação implantado nas instituições públicas de educação superior – 2004

Existência de sistema de avaliação	f	%
Sim	44	61,1
Não	28	38,9
Total	72	100,0

Fonte: *Diagnóstico da Extensão Universitária no Brasil, 2005.*

O Quadro 15 mostra que há uma predominância da avaliação das ações classificadas como projetos, programas e cursos. Os sistemas não são completos, uma vez que o maior valor apresentado no quadro a seguir é inferior ao número de IPES que apresentam sistema de avaliação.

Quadro 15 Ações avaliadas nas instituições públicas de educação superior – 2004

Ações	f	%
Programas	38	52,8
Projetos	43	59,7
Cursos	36	50,0
Prestação de serviços	22	30,6
Eventos	30	41,7
Produtos acadêmicos	17	23,6

Fonte: *Diagnóstico da Extensão Universitária no Brasil, 2005.*

Observa-se que houve no tempo decorrido entre as duas pesquisas um avanço do processo de sistematização de avaliação da extensão. Embora, considerando todo o empenho do FORPROEX, o número de IPES que tem sistema de avaliação implantado ainda é muito pequeno.

Categoria 5 – Dificuldades para o desenvolvimento da extensão universitária

Em 1993 a principal dificuldade elencada para o desenvolvimento da extensão universitária foi a limitação de recursos financeiros, conforme o Quadro 16. Em 2004, as questões colocadas referiram-se à suficiência de recursos para o desenvolvimento das ações de extensão. O Quadro 17 mostra que os recursos para infra-estrutura apresentam-se insuficientes para o atendimento às demandas da extensão, sendo mais agravantes a necessidade de veículos e suprimento de equipamentos de informática.

Quadro 16 Dificuldade indicada como a mais importante pelas instituições públicas de educação superior para o exercício da extensão universitária – 1993

Dificuldade	f	%
Limitação de recursos financeiros	42	67,7
Desvinculação com a estrutura curricular	4	6,4
Limitação de pessoal especializado	4	6,4
Indisponibilidade de docentes	4	6,4
Desinteresse da comunidade interna	1	1,6
Baixa prioridade na IES	1	1,6
Desinteresse da comunidade externa	0	0,0
Outras	1	1,6
Não indicado	6	9,7

Fonte: *Perfil da Extensão Universitária no Brasil, 1995.*

Quadro 17 Suficiência de recursos infra-estruturais para o desenvolvimento das ações da extensão nas instituições públicas de educação superior – 2004

Recursos	Suficiência	f	%
Salas	Sim	27	38,6
	Não	43	61,4
	Total	70	100,0
Veículos	Sim	13	18,6
	Não	55	78,6
	NR	2	2,8
	Total	70	100,0
Equipamentos de informática	Sim	25	35,7
	Não	44	62,9
	NR	1	1,4
	Total	70	100,0
Linhas de telefone	Sim	50	71,4
	Não	19	27,2
	NR	1	1,4
	Total	70	100,0

Fonte: *Diagnóstico da Extensão Universitária no Brasil, 2005.*

Observa-se que apenas o item “linhas telefônicas” é apresentado como suficiente para as atividades de extensão. Os veículos (78,6%), os equipamentos informática (62,9%) e as salas (61,4%) são caracterizados como insuficientes.

Quanto aos recursos destinados às atividades de extensão, verifica-se que 67,1% das instituições alocam recursos orçamentários para a extensão. A captação de recursos está institucionalizada por meio de convênios em 61,4% das instituições. Destacam-se nas informações classificadas como “outros” a participação em editais públicos (sete respostas), recursos advindos de taxas internas, fundos e fundações (seis respostas), prestação de serviços (três respostas) e apoio externo não institucionalizado.

Quadro 18 Recursos destinados às atividades de extensão nas instituições públicas de educação superior – 2004

Existem recursos	f	%
Sim, advindos do orçamento da IES	47	67,1
Sim, advindos de convênios externos	43	61,4
Sim, outros	21	30,0
Não	5	7,1

Fonte: *Diagnóstico da Extensão Universitária no Brasil, 2005.*

No tocante à concessão de bolsas de extensão, pode-se observar que 88,9% das IPES possuem programas institucionais de bolsas, porém 90% consideram o número de bolsas insuficientes, tendo em vista a demanda existente.

Quadro 19 Existência de bolsas para alunos vinculados às ações de extensão nas instituições públicas de educação superior – 2004

Existência de bolsas	f	%
Sim	64	88,9
Não	8	11,1
Total	72	100,0

Fonte: *Diagnóstico da Extensão Universitária no Brasil – 2005.*

Quadro 20 Suficiência do número de bolsas nas instituições públicas de educação superior – 2004

Suficiência do número de bolsas	f	%
Sim	5	7,1
Não	63	90,0
NR	2	2,9
Total	70	100,0

Fonte: *Diagnóstico da Extensão Universitária no Brasil, 2005.*

Com relação ao suporte de recursos humanos nas pró-reitorias observa-se que a maior parte das IPES considera os recursos humanos insuficientes para gestão. Cerca de dois terços das instituições consideram que a carência concentra-se nos técnicos e cargos comissionados.

Quadro 21 Suficiência de recursos humanos para gestão das ações de extensão nas pró-reitorias de extensão das instituições públicas de educação superior – 2004

Recursos humanos	Suficientes	Insuficientes	Não relatado	Total
Professores	31	38	1	70
	44,3	54,3	1,4	100,0
Técnicos de nível superior	26	43	1	70
	37,1	61,4	1,4	100,0
Técnicos de nível médio	22	46	2	70
	31,4	65,7	2,9	100,0
Cargos comissionados	19	47	4	70
	27,1	67,1	5,7	100,0

Fonte: *Diagnóstico da Extensão Universitária no Brasil, 2005.*



Considerações Finais

A realização de um estudo comparativo entre duas épocas tão distintas da educação superior no Brasil não é uma tarefa das mais simples. As inúmeras mudanças institucionais ocorridas, a implantação de uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a ampliação de novos parceiros para a extensão universitária, como os componentes do terceiro setor, já seriam suficientes para a alteração do perfil de atuação e do papel da extensão universitária.

No entanto, são outros dois os fatores que permeiam de forma mais clara os cenários de 1993 a 2004: as mudanças de posicionamento da Secretaria de Educação Superior/MEC e a atuação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras.

A primeira passou do apoio à institucionalização e à realização de programas e projetos, em 1993, a uma posição de rara interferência e de ausência de fomento e de políticas para a extensão na década seguinte. A SESu volta ao diálogo e ao apoio na época que antecede o Diagnóstico 2005. Já o FORPROEX manteve, ao longo do período considerado, um processo contínuo de discussão, de reafirmação de conceitos e diretrizes. Além disso, atingiu metas de elevado envolvimento com a questão da institucionalização e sistematização da extensão, conforme comprovam seus planos de trabalho, apesar da falta de apoio governamental. A implantação do SIEXRASIL e da RENEX, as publicações

sobre a extensão universitária, a realização do I e do II Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, as duas edições do Congresso Ibero-americano de Extensão Universitária realizadas no Brasil, a continuidade do Encontro Anual do FORPROEX e dos trabalhos das comissões são ações que mostram o grau de compromisso dos participantes do Fórum.

O presente trabalho, resultado do empenho de um grupo de pesquisadores e extensionistas, com a participação da maioria das instituições, procurou elaborar explicações, buscar compreender o que a extensão universitária já foi e o que é na atualidade, partindo de série de dados coletados em dois momentos históricos.

É notório, hoje, que a atividade extensionista nas IPES é mais convicta de sua função articuladora do ensino e da pesquisa, resultante de um longo período de acúmulo de conhecimentos advindos de uma prática coletiva de pensar e refletir, proporcionada fundamentalmente pelo FORPROEX. Há uma consolidação institucional da extensão e o avanço inequívoco da indissociabilidade entre as práticas acadêmicas da extensão ao ensino e à pesquisa, em uma posição muito distinta de 1993, quando essa articulação apenas foi citada.

A regulamentação da extensão, aspecto mais frágil no início da década de 90, se fortalece nos últimos anos, sendo que uma grande parte das instituições define suas diretrizes políticas e formas de operacionalização extensionista por meio de documentos aprovados e divulgados nas instâncias colegiadas da universidade. A extensão de 2004 se faz conhecer nos projetos acadêmicos dos cursos das universidades, fortalecida pela legislação em vigor (Plano Nacional de Educação, diretrizes curriculares nacionais) e pelo entendimento de que o fazer extensionista promove a pesquisa e o ensino.

A extensão de hoje se define, para uma parcela considerável das instituições públicas, no âmbito dos departamentos, envolvendo número significativo de docentes, técnicos e discentes. Apresenta uma clara evolução de seu significado acadêmico, apesar de construída em meio à precariedade de recursos, bolsas ou qualquer outro inventivo.

O número significativo de IPES que têm em convênios uma das mais importantes fontes de recursos indica que a extensão não mais se fecha em si mesma, mas desvela seu lado de compromisso social, não como substituta do Estado, mas como imenso e profundo laboratório de criação, consolidação de práticas alternativas que podem alicerçar políticas públicas.

Esse amadurecimento permite afirmar que o privilegiado e consistente movimento de avaliação institucional realizado pela CPAE não é extemporâneo,

sendo que os instrumentos formulados foram percebidos e respondidos pela maioria das instituições participantes das ações do FORPROEX, como mais um esforço conjunto pela consolidação da extensão universitária. Há lugar para a avaliação institucional continuada da extensão universitária, respeitando os diferentes momentos das IPES, em um diálogo tão próprio da extensão, que instala a sabedoria para distinguir os acertos e desacertos. Há, também, espaço para a meta-avaliação dos programas e projetos, ações de maior relevância acadêmica. A instauração de processos avaliativos nos últimos anos, principalmente relativos a programas, projetos e cursos, indica uma forte tendência de uma atividade extensionista que intenciona aferir e divulgar seus efeitos e impactos na comunidade interna e junto à sociedade. As práticas avaliativas de programas e projetos, contudo, ainda não se capilarizaram por toda a extensão brasileira, o que indica a necessidade premente de se fortalecer os espaços de debate e troca de experiências entre as instituições com maior experiência na avaliação da extensão e as que se iniciam no tema.

O intercurso de mais de uma década entre os dois momentos de coleta de dados permitiu o conhecimento de dois cenários distantes ou suficientes para a reflexão sobre a extensão universitária no País, os seus avanços e seus inúmeros desafios relacionados a uma atividade que se revigora a partir do sensível, criadora de um espaço único, no qual a universidade presente numa sociedade é capaz de intervir, como instância pública, como instituição formadora. Quais são seus limites? Qual a sua missão em tempos de incerteza? Certamente, a extensão universitária que se vem construindo nas IPES pode, cada uma a seu modo e a partir de suas vivências, contribuir com esse diálogo.

A CPAE tem clareza de que não foram respondidas todas as inquietudes sobre o tema, mas, a partir da presente análise, pode-se “enxergar” melhor a extensão e acumular algum conhecimento útil para gestores e envolvidos com a extensão.

A complementação desse trabalho, com o estudo das respostas ao instrumento 3, permitirá uma publicação referencial.



Referências Bibliográficas

1. UFPA. **A Extensão Universitária no Brasil: contribuição ao diagnóstico – Etapa I.** Belém: Editora Universitária UFPA, 1992.
2. ENCONTRO Nacional do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas, 7, 1993, Cuiabá. Anais... Cuiabá: Editora UFMT, 1993. 227p.
3. FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS/COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA. **Instrumentos de Avaliação da Extensão Universitária.** UFMG, 2005. Disponível em www.renex.org.br, acesso de 09/2005 a 05/2006.
4. MEC/SESu. **Perfil da Extensão** Universitária no Brasil. Rio de Janeiro: UERJ, 1995.
5. NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. **Políticas de Extensão Universitária Brasileira. Belo Horizonte:** Editora UFMG, 2005. 135p.
6. SERRANO, Rossana Maria Souto Maior; JUSTINO, Maria José; NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel; MENDES, Sonia Regina. **Avaliação Nacional da Extensão Universitária.** Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Brasília: MEC/SESu; Paraná: UFPR; Ilhéus: UESC, 2001. 98p. Coleção Extensão Universitária v. 3.



Anexo 1

INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO:

Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras

Comissão Permanente de Avaliação

Diagnóstico da Extensão Universitária no Brasil 2004

Análise da Política de Gestão, da Infra-estrutura e da Relação Universidade-sociedade, Plano Acadêmico e Produção Acadêmica

INSTRUMENTO 1**Análise da Normatização e Política Interna de Extensão**

Objetivo – Analisar os mecanismos de organização da extensão em cada universidade, quanto aos aspectos legais e as concepções institucionalmente formuladas.

Identificação:

Nome da Instituição _____

Nome do órgão responsável pela extensão _____

Dirigente do órgão responsável pela extensão _____

Endereço _____

Telefone _____

E-mail _____

Responsável pelas informações _____

1. Que instância(s) definem a política de extensão da universidade? (*permite + de uma resposta*)

- A. () Conselho Superior
- B. () Reitor e equipe
- C. () Pró-Reitoria de Extensão ou equivalente
- D. () Unidades acadêmicas (faculdade, instituto, centros, escolas, etc)
- E. () Reitor e Pró-Reitor de Extensão
- F. () Reitor e Pró-Reitores Acadêmicos
- G. () Outras – Especifique: _____

2. Quais instrumentos legais da instituição normatizam a extensão? (*permite + de uma resposta*)

- A. Estatuto
- B. Regimento
- C. Resoluções
- D. Portarias
- E. Editais
- F. Não há documentos de normatização formais
- G. Outros.Especifique: _____

3. A extensão nos instrumentos legais é concebida para: (*permite + de uma resposta*)

- A. Articulação entre a universidade e a sociedade
- B. Articulação do ensino
- C. Articulação da pesquisa
- D. Promoção de interdisciplinaridade
- E. Transmissão do conhecimento produzido pela universidade
- F. Prestação de serviços
- G. Cumprimento da missão social da universidade
- H. Outros.Especifique: _____

4. Enumere, por ordem de prioridade (de 1 a 8), as funções da extensão na sua universidade:

	Articulação entre Universidade e Sociedade
	Articulação com o Ensino
	Articulação com a Pesquisa
	Promoção da Interdisciplinaridade
	Transmissão do Conhecimento Produzido pela Universidade
	Prestação de Serviços
	Cumprimento da Missão Social da Universidade
	Outras.

Especifique as funções classificadas como “outras”: A sua resposta está baseada em:

- A. Opinião pessoal
- B. Pesquisa (entrevistas, questionários, grupo pessoal)
- C. Busca documental (resolução, estatuto, registros, boletins, etc.)
- D. Plano de gestão
- E. Outros. Especifique: _____

5. Quais das ações de extensão, abaixo relacionadas, estão regulamentadas na instituição (*permite mais de uma resposta*):

- A. Programas
- B. Projetos
- C. Cursos
- D. Prestação de serviços
- E. Eventos
- F. Produtos acadêmicos
- G. Nenhuma

6. Se uma ou mais ações estão regulamentadas, assinale as que se enquadram às orientações do SIEX? (*permite apenas uma resposta*).

- A. Programas
- B. Projetos
- C. Cursos
- D. Prestação de serviços
- E. Eventos
- F. Produtos acadêmicos
- G. Nenhuma

7. Sobre quais aspectos existem normas ou documentos na instituição: (*permite mais de uma resposta*):

- A. A concepção de extensão
- B. O processo de aprovação dos projetos
- C. Os programas de bolsa para alunos

- D. () As formas de financiamento da extensão
- E. () As formas de participação do aluno nas ações de extensão
- F. () O aproveitamento curricular pelo aluno pela participação em projetos
- G. () A valorização da participação do docente nas ações de extensão (ascensão funcional, GED, GID, outros)
- H. () Formas de participação da comunidade externa no processo decisório da extensão
- I. () Formas de participação de servidores docentes nas ações de extensão
- J. () Formas de participação de servidores técnico-administrativos nas ações de extensão

8. Existem mecanismos – acadêmicos e administrativos – promotores da integração entre as ações da extensão e as da graduação, da pesquisa e da pós-graduação?

- A. () Sim. Quais são? _____
- B. () Não

9. Existem mecanismos – acadêmicos e administrativos – que permitem a identificação objetiva da integração entre as ações de extensão, graduação, da pesquisa e da pós-graduação ?

- A. () Sim. Quais são? _____
- B. () Não

10. Existem mecanismos – acadêmicos e administrativos – que incentivem a interdisciplinaridade?

- A. () Sim. Quais são? _____

11. Existem dados organizados sobre as ações da extensão? (permite mais de uma resposta)

- A. () Sim, através de banco de dados informatizados próprio
- B. () Sim, através do banco de dados SIEX
- C. () Sim, através de banco de dados que alimenta o SIEX
- D. () Sim, dados ainda não informatizados
- E. () Não

12. Há recursos destinados às atividades de extensão? (permite mais de uma resposta)

- A. Sim, advindos do orçamento da IES. Qual (%)? _____
- B. Sim, advindos de convênios externos
- C. Sim, outros. Especifique: _____
- D. Não

13. O processo de aprovação das ações de extensão se dá por meio de: (permite mais de uma resposta)

- A. Aprovação nos departamentos
- B. Aprovação nas unidades
- C. Aprovação em Câmaras técnicas
- D. Aprovação em Comissões
- E. Outros. Especifique _____
- F. Não existe processo de aprovação

14. As atividades de extensão realizadas na universidade estão classificadas em áreas temáticas?

- A. Sim
- B. Parcialmente
- C. Não

15. As atividades de extensão realizadas na universidade estão classificadas em linhas programáticas?

- A. Sim
- B. Parcialmente
- C. Não

Em caso afirmativo relacione os critérios de distribuição: _____

16. A Instituição possui bolsas para alunos vinculados às ações de extensão?

- A. Sim. Quantos? _____
- B. Não

Em caso afirmativo relacione os critérios de distribuição: _____

17. Existe sistema de avaliação implantado na Instituição?A. SimB. Não**18. Em caso afirmativo, assinale quais as ações são avaliadas ? (permite mais de uma resposta)**A. ProgramasB. ProjetosC. CursosD. Prestação de serviçosE. EventosF. Produtos acadêmicos



Anexo 2

INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO:

Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras

Comissão Permanente de Avaliação

Diagnóstico da Extensão Universitária no Brasil 2004

Análise da Política de Gestão, da Infra-estrutura e da Relação Universidade-sociedade, Plano Acadêmico e Produção Acadêmica

INSTRUMENTO 2**Análise da Infra-estrutura**

Objetivo – Analisar os mecanismos de organização da extensão em cada universidade, quanto aos aspectos legais e as concepções institucionalmente formuladas.

Identificação:

Nome da Instituição _____

Nome do órgão responsável pela extensão _____

Dirigente do órgão responsável pela extensão _____

Endereço _____

Telefone _____

E-mail _____

Responsável pelas informações _____

1. Informações complementares:

Indicador	Quantitativo
Número total de docentes	
Número total de alunos	
Número total de bolsas institucionais de extensão	
Número total de bolsas institucionais de pesquisa	
Número total de bolsas institucionais de graduação	
Número de programas registrados	
Número de projetos vinculados a programas	
Número de projetos não-vinculados a programas	
Número de cursos	

2. Os recursos infra-estruturais são suficientes para o desenvolvimento das ações da extensão?

- A. Salas SIM NÃO
B. Veículos SIM NÃO
C. Equipamentos de informática SIM NÃO
D. Linhas de telefone SIM NÃO

3. Que outros espaços físicos estão sob a administração da Pró-Reitoria de Extensão ou equivalente?

- A. Centro Cultural
B. Teatro
C. Rádio
D. TV
E. Editora
F. Salas de reunião
G. Auditórios
H. Outros. Especifique: _____

4. Os recursos humanos que a Pró-Reitoria ou equivalente conta para gerir as ações de extensão são suficientes?

- A. Professores SIM NÃO
B. Técnicos de nível superior SIM NÃO
C. Técnicos de nível médio SIM NÃO
D. Cargos comissionados SIM NÃO

5. O número de bolsas é suficiente?

- A. SIM
B. NÃO. Justifique: _____

6. Com relação às bolsas institucionais de extensão, especifique as seguintes informações:

Valor unitário da bolsa _____
Duração da bolsa em meses _____
Carga horária semanal _____



Anexo 3

INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO:

Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras

Comissão Permanente de Avaliação

Diagnóstico da Extensão Universitária no Brasil 2004

Análise da Política de Gestão, da Infra-estrutura e da Relação Universidade-Sociedade, Plano Acadêmico e Produção Acadêmica

INSTRUMENTO 3**Análise da relação universidade – sociedade****Identificação:**

Nome da Instituição _____

Nome do órgão responsável pela extensão _____

Dirigente do órgão responsável pela extensão _____

Endereço _____

Telefone _____

E-mail _____

Responsável pelas informações _____

1 – Categoria: parcerias institucionais**Questão 1****Instrução:** Preencha o quadro a seguir numerando de 1 a 8, utilizando o numero 1 como o de maior frequência.

Quais as formas mais presentes de ação da universidade com relação às instituições parceiras?

	Realização de programas interdisciplinares congregando vários projetos e ações
	Realização de projetos
	Realização de cursos
	Organização de eventos técnico-científicos
	Realização ou promoção de atividades culturais
	Prestação de serviços de consultoria ou assessoria
	Prestação de serviços em hospitais, clínicas e laboratórios
	Outras.

Especifique as formas classificadas como “outras”: _____

Questão 2

Instrução: Preencha o quadro abaixo numerando de 1 a 8, utilizando o número 1 como o de maior frequência.

Quais as demandas mais constantes?

	Realização de programas interdisciplinares congregando vários projetos e ações
	Realização de projetos
	Realização de cursos
	Organização de eventos técnico-científicos
	Realização ou promoção de atividades culturais
	Prestação de serviços de consultoria ou assessoria
	Prestação de serviços em hospitais, clínicas e laboratórios
	Outras.

Especifique as formas classificadas como “outras”: _____

Questão 3

Instrução: Responda a questão 3, marcando com um X as instituições com as quais sua universidade mantém parceria:

- A. () Instituições governamentais federais
- B. () Instituições governamentais estaduais
- C. () Instituições governamentais municipais
- D. () Instituições de ensino públicas () Empresas
- E. () Movimentos sociais () ONGs/OSCIPs
- F. () Sindicatos
- G. () Grupos comunitários
- H. () Outros. Especifique: _____

Questão 4

Instrução: Responda a questão 4 utilizando a chave abaixo:

- 1 – Principal instituição parceira
 - 2 – Segunda maior instituição parceira
 - 3 – Terceira maior instituição parceira
-
- A. () Instituições governamentais federais
 - B. () Instituições governamentais estaduais
 - C. () Instituições governamentais municipais
 - D. () Instituições de ensino públicas
 - E. () Empresas
 - F. () Movimentos sociais
 - G. () ONGs/OSCIPs
 - H. () Sindicatos
 - I. () Grupos comunitários
 - J. () Outros. Especifique

Questão 5

Instrução: Preencha o quadro abaixo marcando com um X (*permite mais de uma resposta*).

Indique quais as ações de extensão são desenvolvidas com os três principais tipos de parceiros:

Parceiros	Tipos de ações				
	Programas	Projetos	Cursos	Eventos	Prestação de serviços
Instituições governamentais federais					
Instituições governamentais estaduais					
Instituições governamentais municipais					
Instituições de ensino públicas					
Empresas					
Movimentos sociais					
ONGs/OSCIPs					
Sindicatos					
Grupos comunitários					

Questão 6

Instrução: Marque com um X nos quadros que seguem (*permite mais de uma resposta*).

Identifique de que forma os parceiros participam nas ações de extensão desenvolvidas pela universidade:

A) Com relação a programas e projetos:

Instituição parceira	No financiamento	Na concepção	No desenvolvimento	Na avaliação	Na elaboração dos produtos
Instituições governamentais federais					
Instituições governamentais estaduais					
Instituições governamentais municipais					
Instituições de ensino públicas					
Empresas					
Movimentos sociais					
ONGs/OSCIPs					
Sindicatos					
Grupos comunitários					
Outros. Especifique					

B) Com relação a cursos:

Instituição parceira	No financiamento	Na concepção	No desenvolvimento	Na avaliação	Na elaboração dos produtos
Instituições governamentais federais					
Instituições governamentais estaduais					
Instituições governamentais municipais					
Instituições de ensino públicas					
Empresas					
Movimentos sociais					
ONGs/OSCIPs					
Sindicatos					
Grupos comunitários					
Outros. Especifique					

C) Com relação a eventos:

Instituição parceira	No financiamento	Na concepção	No desenvolvimento	Na avaliação	Na elaboração dos produtos
Instituições governamentais federais					
Instituições governamentais estaduais					
Instituições governamentais municipais					
Instituições de ensino públicas					
Empresas					
Movimentos sociais					
ONGs/OSCIPs					
Sindicatos					
Grupos comunitários					
Outros. Especifique					

D) Com relação a prestação de serviços:

Instituição parceira	No financiamento	Na concepção	No desenvolvimento	Na avaliação	Na elaboração dos produtos
Instituições governamentais federais					
Instituições governamentais estaduais					
Instituições governamentais municipais					
Instituições de ensino públicas					
Empresas					
Movimentos sociais					
ONGs/OSCIPs					
Sindicatos					
Grupos comunitários					
Outros. Especifique					

Questão 7

Instrução: Marque com um X no quadro abaixo (*permite mais de uma resposta*).

Especifique para quais ações de extensão as instituições parceiras disponibilizam infraestrutura (veículos, equipamentos, espaço físico), recursos humanos, divulgação:

Instituição parceira	Programas	Projetos	Cursos	Eventos	Prestação de serviços
Instituições governamentais federais					
Instituições governamentais estaduais					
Instituições governamentais municipais					
Instituições de ensino públicas					
Empresas					
Movimentos sociais					
ONGs/OSCIPs					
Sindicatos					
Grupos comunitários					
Outros. Especifique					

Questão 8

Instrução: Informe, no quadro abaixo, o número de ocorrências.

Informe o número de parcerias com instituições externas por tipo de instrumento e ações de extensão (ano base 2004):

Tipo de Instrumento	Tipo de parceiro								
	Instituições governamentais federais	Instituições governamentais estaduais	Instituições governamentais municipais	Instituições de ensino públicas	Empresas	Movimentos sociais	ONGs/OSCIPs	Sindicatos	Grupos comunitários
Convênio									
Contrato									
Termo de cooperação técnica									
Contratação indireta, via fundação de apoio									
Normalmente não há oficialização									

Outros. Especifique: _____

Questão 9

Instrução: Enumere da opção mais freqüente para a menos freqüente, marcando zero se a opção não corresponder à realidade de 2004. Utilize 1 para a opção mais freqüente. Para atender as demandas externas, como a Pró-Reitoria costuma atuar?

	Destina apoio financeiro para a execução.
	Capta apoio financeiro externo para sua execução.
	Identifica projetos existentes e procura atender à demanda.
	Cria projeto para atender à demanda.
	Outras

Especifique as opções classificadas como “outras”: _____

2 – Categorias quantitativa e qualitativa – clientela**Questão 10**

Instrução: Indique por ordem decrescente (da maior concentração de ações para a menor) os tipos de clientela diretamente atendida pelas ações da extensão universitária:

- 1 – Principal tipo de clientela atendida
- 2 – Segundo tipo de clientela atendida
- 3 – Terceiro tipo de clientela atendida
- 4 – Quarto tipo de clientela atendida
- 5 – Quinto tipo de clientela atendida
- 6 – Sexto tipo de clientela atendida
- 7 – Não atendido

	Instituições governamentais federais
	Instituições governamentais estaduais
	Instituições governamentais municipais
	Instituições de ensino públicas
	Empresas
	Movimentos sociais
	ONGs/OSCIPIs
	Sindicatos
	Grupos comunitários
	Outros.

Especifique os segmentos classificados como “outros”: _____

Questão 11

Instrução: Marque com um X no quadro abaixo (*permite mais de uma resposta*).

Qual o segmento e/ou grupos da sociedade foram atendidos por programas e projetos de extensão em 2004?

	Criança
	Adolescente
	Idoso
	Mulher
	Pessoas com Necessidades Especiais
	Estudantes Universitários
	Professores do Ensino Básico
	Professores do Ensino Técnico
	Professores do Ensino Superior
	Alunos da Educação Básica
	Profissionais do Setor Industrial
	Profissionais do Setor Agrícola
	Profissionais do Setor Terciário
	Funcionários da Universidade
	Outros .

Especifique os segmentos classificados como “outros”: _____

Questão 12

Instrução: Complete o quadro abaixo.

Quais foram os totais de ações informadas pela sua instituição no censo de 2004 para o INEP?

Áreas Temáticas	Programas	Projetos	Cursos	Eventos	Prestação de serviços
Comunicação					
Cultura					
Direitos Humanos e Justiça					
Educação					
Meio Ambiente					
Saúde					
Trabalho					
Tecnologia e produção					
Ações não classificadas por área temática					
Total de ações					

Questão 13

Os conceitos de programa e projeto adotados em sua universidade são os estabelecidos pelo Fórum?

Programa: “Conjunto articulado de projetos e outras de ações de extensão (cursos, eventos, prestação de serviços), preferencialmente integradas a atividades de pesquisa e ensino. Tem caráter orgânico institucional, clareza de diretrizes e orientação para um objetivo comum, sendo executado a médio e longo prazo”.

Projeto: “Ação processual e contínua de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, com objetivo específico a curto e médio prazo. O projeto pode estar vinculado a programa (forma preferencial) ou ser projeto não vinculado a programa”.

- A. () Sim
B. () Não

Questão 14

Em caso positivo, quantas ações informadas na questão 12 atuaram ou foram concebidas de forma mais articulada com as demandas da sociedade?

Áreas Temáticas	Programas	Projetos
Comunicação		
Cultura		
Direitos Humanos e Justiça		
Educação		
Meio Ambiente		
Saúde		
Trabalho		
Tecnologia e produção		
Ações não classificadas por área temática		
Total de ações		

Questão 15

No caso de não terem existido programas (conceito do Fórum) no ano de 2004, qual o motivo? _____

Questão 16

Instrução: Preencha o quadro abaixo de acordo com a legenda.

Na sua avaliação, as ações oferecidas pela sua universidade atenderam satisfatoriamente a demanda dos parceiros ou comunidade?

Responda:

1. para atendimento plenamente satisfatório
 2. para satisfatório
 3. para razoavelmente satisfatório
 4. para insatisfatório
- N para situações onde não houve oferta
- X para a impossibilidade de resposta por falta de informações

Áreas Temáticas	Programas	Projetos	Cursos	Eventos	Prestação de serviços
Comunicação					
Cultura					
Direitos Humanos e Justiça					
Educação					
Meio Ambiente					
Saúde					
Trabalho					
Tecnologia e produção					
Ações não classificadas por área temática					

Questão 17

Instrução: Marque com um X.

Na sua avaliação, a universidade conseguiu atender (em 2004) as demandas não previstas?

<input type="checkbox"/>	Sim, totalmente
<input type="checkbox"/>	Atendeu apenas parcialmente (acima de 50% das demandas)
<input type="checkbox"/>	Atendeu apenas parcialmente (abaixo de 50% das demandas)
<input type="checkbox"/>	Não atendeu

Questão 18

Instrução: Preencha o quadro abaixo de acordo com a legenda.

Responda:

1. para plenamente inseridas
2. para razoavelmente inseridas
3. para não inseridas
4. para a impossibilidade de resposta por falta de informações

Em que grau as ações oferecidas pela universidade em 2004 estão inseridas nas políticas públicas?

Áreas Temáticas	Ações				
	Programas	Projetos	Cursos	Eventos	Prestação de serviços
Comunicação					
Cultura					
Direitos Humanos e Justiça					
Educação					
Meio Ambiente					
Saúde					
Trabalho					
Tecnologia e produção					
Ações não classificadas por área temática					

Questão 19

Instrução: Marque com um X (*permite mais de uma opção*).

Na sua avaliação a extensão desenvolvida por sua instituição, em 2004, pode ser considerada como de abrangência:

- A. Local
- B. Polarizada em relação ao município sede
- C. Micro regional
- D. Estadual
- E. Regional
- F. Outra

3 – Categoria: participação da comunidade na gestão da ação extensionista

Questão 20

Instrução: Marque a opção no quadro abaixo.

A política de extensão em sua instituição orienta explicitamente a participação da comunidade externa/população atendida na concepção, desenvolvimento e avaliação dos programas e projetos de extensão?

Política de extensão	Sim	Sim, mas na prática não foi observada em 2004	São	Não, mas na prática foi observada
Concepção				
Desenvolvimento				
Avaliação				

Questão 21

Instrução: Marque a opção no quadro abaixo (*permite mais de uma resposta*).

De forma geral, nos projetos e programas destinados a comunidade externa, como ela participa?

<input type="checkbox"/>	Comunidade informa sobre suas necessidades.
<input type="checkbox"/>	Comunidade recebe projeto definido pela universidade.
<input type="checkbox"/>	Comunidade participa da concepção do projeto.
<input type="checkbox"/>	Comunidade participa do desenvolvimento do projeto
<input type="checkbox"/>	Comunidade participa da avaliação do projeto
<input type="checkbox"/>	Outras.

Especifique os segmentos classificados como “outros”:

Questão 22

Instrução: Preencha o quadro abaixo de acordo com a legenda.

Responda:

1. para participação significativa
2. para participação razoável
3. para pequena participação
4. para não participação

Nos 5 (cinco) principais programas e projetos de extensão em que houve a participação da comunidade externa/população atendida na etapa de concepção, essa participação foi observada na:

Título do Programa/ projeto	Área Temática	Participação da comunidade na concepção				
		A	B	C	D	E

Notas: A: definição de objetivos e metas

B: definição de metodologia

C: elaboração do plano de trabalho, incluindo cronograma e orçamento

D: elaboração de atividades preparatórias

E: definição das formas de avaliação

Questão 23

Instrução: Preencha o quadro abaixo de acordo com a legenda.

Responda:

1. para participação significativa
2. para participação razoável
3. para pequena participação
4. para não participação

Nos cinco principais programas e projetos de extensão em que houve a participação da comunidade externa/população atendida na etapa de desenvolvimento, essa participação foi observada na:

Título do Programa/ projeto	Área Temática	Participação da comunidade no desenvolvimento								
		A	B	C	D	E	F	G	H	I

Notas: A: redefinição de objetivos e metas

B: readequação do plano de trabalho incluindo cronograma e orçamento

C: definição de atividades prioritárias

D: gestão da atuação de docentes, técnicos e estudantes

E: gestão de equipamentos e recursos financeiros

F: proposição de novas atividades

G: na discussão de resultados parciais

H: discussão sobre adequação da metodologia, equipe, estrutura, recursos e equipamentos disponibilizados

I: coleta, registro e sistematização de informações

Questão 24

Instrução: Preencha o quadro abaixo de acordo com a legenda.

Responda:

1. para participação significativa
2. para participação razoável
3. para pequena participação
4. para não participação

Nos 5 principais programas e projetos de extensão em que houve a participação da comunidade externa/população atendida na etapa de avaliação, essa participação foi observada na:

Título do Programa/ projeto	Área Temática	Participação da comunidade na avaliação									
		A	B	C	D	E	F	G	H	I	J

- Notas:**
- A:** definição de objetivos e metas da avaliação
 - B:** discussão sobre metodologia, equipe, estrutura, recursos e equipamentos disponibilizados para avaliação
 - C:** definição do plano de trabalho da avaliação, incluindo cronograma e orçamento
 - D:** definição de atividades prioritárias para a avaliação
 - E:** gestão da atuação de docentes, técnicos e estudantes envolvidos na avaliação
 - F:** proposição de novas atividades
 - G:** na discussão de resultados parciais
 - H:** coleta, registro e sistematização de informações
 - I:** na discussão dos resultados obtidos
 - J:** na divulgação dos resultados obtidos

4 – Categoria: apropriação por parte da comunidade de conhecimentos, tecnologias e metodologias desenvolvidas na ação extensionista

Questão 25

Instrução: Marque com um X no quadro abaixo (*permite mais de uma resposta*).

A normatização para o desenvolvimento de ações de extensão em sua universidade contempla a existência de processos de avaliação para:

	Programas
	Projetos
	Cursos
	Eventos
	Prestação de Serviços

Questão 26

Instrução: Marque com um X no quadro abaixo (*permite mais de uma resposta*).

As normas de avaliação contemplam a mensuração do grau de apropriação de conhecimento, tecnologias e metodologias por parte da comunidade para:

Ações	conhecimento	tecnologia	metodologia
Programas			
Projetos			
Cursos			
Eventos			
Prestação de Serviços			
Não existem normas específicas			

Questão 27

Instrução: Marque com um X no quadro abaixo (*permite mais de uma resposta*).

Para a avaliação da incorporação do conhecimento, da tecnologia e da metodologia por parte da comunidade, nos cinco principais programas ou projetos realizados em 2004, a universidade:

Ações	Conhecimento	tecnologia	Metodologia
Acompanha a evolução da comunidade através de atividades específicas			
Acompanha a evolução da comunidade através de indicadores externos, como dados censitários e boletins estatísticos			
Solicita informações ou relatórios à comunidade de forma periódica, devolvendo-as após análise e interpretação			
Solicita acompanhamento por parte de instituições parceiras			
Não realiza acompanhamento posterior			

5 – Categoria: ação extensionista no redimensionamento da universidade**Questão 28**

Instrução: Informe, no quadro abaixo, marcando com um X (*permite mais de uma opção*).

As ações de extensão desenvolvidas em 2004 geraram concretamente:

	Novas linhas de pesquisa
	Novos grupos de pesquisa
	Reorganização de currículos de graduação
	Reorganização de programas de pós-graduação
	Oferecimento de novos cursos ou turmas de cursos de extensão
	Projetos de novas disciplinas de graduação
	Propostas de continuidade para 2005
	Outras ações de extensão vinculadas
	Alteração de normas de ensino, pesquisa e extensão
	Apropriação de créditos curriculares para:
	-Cursos
	-Estudantes

Questão 29

Instrução: Marque com um X no quadro abaixo (*permite mais de uma opção*).
A política de extensão em sua instituição, em 2004, apresentou como principais objetivos:

	Formação mais integral dos estudantes
	Geração de novos projetos extensionistas
	Produção do conhecimento
	Geração de novas pesquisas
	Geração de novos recursos para a instituição
	Indicadores/insumos para a análise de políticas públicas
	Atendimento direto/assistência direta de acordo com as necessidades apontadas pela comunidade atendida
	Atividade acadêmica complementar

Questão 30

Instrução: Marque com um X no quadro abaixo (*permite mais de uma opção*).
Como é realizada a aferição dos resultados alcançados pelos programas/projetos?

	Por processo de avaliação previsto pelo próprio projeto
	Por processo de avaliação externo (a cargo da instituição parceira)
	Por consulta direta aos beneficiários
	Por relatório final do coordenador
	Por relatório final do estudante

Questão 31

Instrução: Preencha o quadro abaixo de acordo com a legenda.

Responda:

1. para interferência significativa
2. para interferência razoável
3. para pequena interferência
4. para não interferência

Em que grau o seu processo de avaliação das ações de extensão realizadas em 2004 interferiu na gestão acadêmica?

	Na distribuição de verbas entre ensino, pesquisa e extensão
	Na programação de eventos da universidade
	No número de bolsas para ações de extensão
	Na validação dos créditos curriculares
	Na realização de concursos para técnicos ou docentes ou contratação de professores substitutos
	Na atualização de normas de extensão, pesquisa ou ensino
	Na composição da Câmara de Extensão ou órgão equivalente
	Na política de publicação da universidade
	Na programação cultural da universidade
	No conteúdo programático de cursos
	Na análise de currículos de graduação
	No oferecimento de ênfases na graduação
	Na avaliação de programas de pós-graduação lato sensu
	Na avaliação de programas de pós-graduação stricto sensu
	Na definição de grupos e linhas de pesquisa

Questão 32

Instrução: Preencha o quadro abaixo de acordo com a legenda.

Responda:

1. para atingimento pleno, consolidado e de caráter permanente;
 2. para atingimento em um grau considerável, podendo ser utilizadas como exemplo para outras ações;
 3. para razoável atingimento, sem destaques positivos ou negativos;
 4. para atingimento insatisfatório, com mais pontos negativos que positivos;
 5. para atingimento fugaz, momentânea e específica para as principais atividades, sem persistência dos resultados;
- N para situações onde não houve nenhum atingimento;
 X para a impossibilidade de resposta por falta de informações.

Nos cinco principais programas e projetos de extensão realizados em 2004, houve:

Categorias	Programa 1	Programa 2	Programa 3	Programa 4	Programa 5
Articulação entre ensino, pesquisa e extensão					
Flexibilização curricular da graduação					
Aproveitamento da extensão como atividade acadêmica curricular					
Transferência de conhecimento ou tecnologia gerados pela universidade					
Proposição de novos temas de pesquisa					
Geração de produtos acadêmicos					

Questão 33

Instrução: Preencha o quadro abaixo de acordo com a legenda.

Responda:

1. para interferência significativa
2. para interferência razoável
3. para pequena interferência
4. para não interferência

Em que grau as demandas recebidas da comunidade alteraram a programação e a política de extensão da universidade em 2004?

	Na alocação de verbas para ações de extensão
	Na programação de eventos da universidade
	No número de bolsas para ações de extensão
	Na definição dos créditos curriculares
	Na realização de concursos para técnicos ou docentes ou contratação de professores substitutos
	Na atualização de normas de extensão, pesquisa ou ensino
	Na composição da Câmara de Extensão ou órgão equivalente
	Na política de publicação da universidade
	Na programação cultural da universidade
	No conteúdo programático de cursos
	Na análise de currículos de graduação
	No oferecimento de ênfases na graduação
	Na avaliação de programas de pós-graduação lato sensu
	Na avaliação de programas de pós-graduação stricto sensu
	Na definição de grupos e linhas de pesquisa



Anexo 4

INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO:

Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras

Comissão Permanente de Avaliação

Diagnóstico da Extensão Universitária no Brasil 2004

Análise da Política de Gestão, da Infra-estrutura e da Relação Universidade-Sociedade, Plano Acadêmico e Produção Acadêmica

INSTRUMENTO 4

Análise do Plano Acadêmico

Identificação:

Nome da Instituição _____

Nome do órgão responsável pela extensão _____

Dirigente do órgão responsável pela extensão _____

Endereço _____

Telefone _____

E-mail _____

Responsável pelas informações _____

A análise *quantitativa* da dimensão “Plano Acadêmico”, constante do livro Avaliação Nacional da Extensão Universitária (livro 3 da Coleção Extensão Universitária), considerará *alguns* dos dados lançados pela IES no Censo da Educação Superior 2004 – INEP/MEC.

Os demais dados quantitativos e os qualitativos serão coletados a partir das seguintes questões:

1. Preencha o quadro abaixo informando o número de ações de extensão desenvolvidas em sua universidade no ano de 2004, por área temática.

Área Temática	Ações de Extensão					
	Programas	Projetos vinculados a programas	Projetos não-vinculados a programas	Cursos	Prestação de serviços	Eventos
Comunicação						
Cultura						
Direitos Humanos e Justiça						
Educação						
Meio Ambiente						
Saúde						
Tecnologia e Produção						
Trabalho						

Observação: orientar-se pelos dados fornecidos pela sua instituição no INEP/censo 2004.

2. Quanto ao quantitativo de docentes envolvidos em ações de extensão:

	Doutorado			Mestrado			Especialização			Graduação		
	DE	40h	20h	DE	40h	20h	DE	40h	20h	DE	40h	20h
Total de docentes da IES												
Docentes envolvidos em ações de extensão												

3. Quanto ao quantitativo de estudantes de graduação envolvidos em ações de extensão, especifique o solicitado no quadro abaixo:

Total de estudantes da Instituição matriculados em 2004	
Número de estudantes bolsistas	
Número de estudantes não bolsistas	
Estudantes com crédito curricular em atividade de extensão	

4. Quanto ao quantitativo de estudantes de pós-graduação (mestrado e doutorado) em ações de extensão, especifique o solicitado no quadro abaixo:

Total de estudantes da pós-graduação na instituição	
Número de estudantes de pós-graduação na extensão	

5. Existe normatização específica sobre carga horária docente em ações de extensão?

A. Sim

B. Não

Em caso afirmativo, o que já está normatizado?

A. Mínimo de carga horária por atividade

B. Máximo semanal de envolvimento

C. Outros. _____

6. Existem programas e projetos de extensão articulados ao ensino e à pesquisa?

A. Articulados ao ensino

B. Articulados à pesquisa

C. Articulados a ambos

7. No caso específico de programas, explicita quantos estão articulados ao ensino e à pesquisa. _____

8. Quais são os instrumentos institucionais que regulam a flexibilização curricular? *Anexe os documentos referidos.*

A. Ainda não houve regulamentação

9. Quais são os cursos de graduação que em 2004 vivenciaram a experiência de flexibilização curricular?

10. Quais são os instrumentos institucionais de aprovação e acompanhamento de ações de extensão? *Relacione e anexe os referidos documentos.*

A. Ainda não houve regulamentação

11. Quais são os instrumentos institucionais de avaliação de ações de extensão? *Relacione e anexe os referidos documentos.*

A. Ainda não houve regulamentação

12. Na sua IES existem critérios para distribuição de recursos para ações de extensão?

A. Sim

B. Não

Marque a(s) fonte(s) para as quais existem critérios:

A. Orçamento da IES

B. Receita própria

C. Provenientes de fundações de apoio internas ou similares

D. Outros. Especifique: _____

13. Dos recursos destinados às atividades de extensão, em 2004, qual o percentual para:

A. Bolsas de extensão

B. Custeio

C. Aquisição de equipamentos/material permanente

D. Serviços de terceiros/pessoa física

E. Serviços de terceiros/pessoa jurídica

F. Outros. Especifique: _____



Anexo 5

INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO:

Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras

Comissão Permanente de Avaliação

Diagnóstico da Extensão Universitária no Brasil 2004

Análise da Política de Gestão, da Infra-estrutura e da Relação Universidade-Sociedade, Plano Acadêmico e Produção Acadêmica

INSTRUMENTO 5

Análise do Plano Acadêmico

Identificação:

Nome da Instituição _____

Nome do órgão responsável pela extensão _____

Dirigente do órgão responsável pela extensão _____

Endereço _____

Telefone _____

E-mail _____

Responsável pelas informações _____

Este instrumento trata da captação dos produtos resultantes das ações de extensão. São considerados produtos de ações de extensão os relacionados no quadro a seguir:

1. Preencha os dados quantitativos referentes aos produtos da sua instituição no ano de 2004.

Classificação	Definição	Quantidade
Livro	Produção efetivada (não incluir no prelo)	
Capítulo de livro	Produção efetivada (não incluir no prelo)	
Anais	Anais de eventos científicos publicados.	
Comunicação	Inclui: Comunicações e resumos publicados em Anais de eventos científicos.	
Manual	Inclui: Cartilhas, Livrete ou Libreto, Fascículos, Cadernos, Boletins	
Jornal	Periódico de divulgação de notícias, entrevistas, comentários e informações. Inclui Boletim.	
Revista	Revistas e periódicos editados.	
Artigo	Inclui: artigos em periódicos e trabalhos completos em congressos (publicados)	
Relatório técnico	Publicações ou relatórios de produção, relatório de tecnologias e de metodologias de extensão.	
Produto audiovisual filme	Filmes produzidos pelas IES	
Produto audiovisual vídeo	Vídeos produzidos pelas IES	
Produto audiovisual CD ROM	CDROMs produzidos pelas IES	
Produto audiovisual DVD	DVDs criados pelas IES.	
Produto audiovisual outros	Outros produtos audiovisuais não classificados nos itens anteriores. Inclui: fitas cassetes, discos, etc.	
Programa de radio	Programas produzidos com caráter de difusão em Rádio.	
Programa de TV	Programas produzidos com caráter de difusão em TV.	
Aplicativo para computador	Softwares produzidos pelas IES.	
Jogo educativo	Jogos educativos criados ou produzidos pelas IES.	
Produto artístico	Inclui: partituras, arranjos musicais, gravuras, textos teatrais, entre outros.	
Outros	Outras publicações e produtos acadêmicos não classificados nos itens anteriores.	

2. Na sua instituição, os produtos/publicações resultantes das ações de extensão são registrados?

- A. Sim
- B. Não

3. No caso afirmativo, quais as formas de registro?

- A. Siex/Brasil
- B. Sistema de Informação da IES
- C. Relatório final da ação
- D. Outros. Especifique: _____

4. Sua instituição possui revista específica para divulgação dos produtos das ações de extensão?

- A. Sim
- B. Não, mas há uma revista em parceria
- C. Não

Em caso afirmativo e de parceria, responda:

Qual o nome da revista? _____

Qual a periodicidade? _____

A revista é indexada?

- A. Sim
- B. Não
- C. Está em processo de indexação



Anexo 6

Universo de IES que responderam os instrumentos de avaliação do Diagnóstico da Extensão Universitária Brasileira – 2005.

IES	Inst1	inst2	inst4	inst5
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	sim	sim	sim	sim
Universidade Estadual de Ponta Grossa	sim	sim	sim	sim
Universidade Federal de Santa Catarina	sim	sim	sim	sim
Universidade Estadual de Londrina	sim	sim	sim	sim
Centro Federal de Educação Tecnológica – PR	sim	sim	não	não
Universidade Estadual do Oeste do Paraná	sim	sim	sim	sim
Universidade Estadual de Maringá	sim	sim	sim	sim
Fundação Universidade Federal do Rio Grande	sim	sim	sim	sim
Universidade Federal do Paraná	sim	sim	sim	sim
Universidade Federal de Santa Maria	sim	sim	sim	sim
Universidade Estadual do Centro-Oeste	sim	não	não	não
Universidade do Estado de Santa Catarina	sim	sim	sim	sim
Universidade Federal de Pelotas	sim	sim	sim	sim
Centro Federal de Educação Tecnológica – MG	sim	sim	sim	sim
Universidade Federal de São João Del-Rei	sim	sim	sim	sim
Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro	sim	sim	sim	sim
Universidade Federal de Juiz de Fora	sim	sim	sim	sim
Universidade Federal de Minas Gerais	sim	sim	sim	sim
Universidade Federal de Ouro Preto	sim	sim	sim	sim
Universidade Federal de Uberlândia	sim	sim	sim	sim
Universidade Federal de Viçosa	sim	sim	sim	sim
Centro Federal de Educação Tecnológica – Campos	sim	sim	sim	sim
Universidade Estadual do Norte Fluminense	sim	sim	sim	sim
Universidade Federal Fluminense	sim	sim	sim	sim

Universo de IES que responderam os instrumentos de avaliação do Diagnóstico da Extensão Universitária Brasileira – 2005.

Universidade Federal de Itajubá	sim	sim	sim	sim
Universidade Federal do Rio de Janeiro	sim	sim	sim	sim
Universidade Estadual Paulista	sim	sim	sim	sim
Universidade Federal de Alfenas	sim	sim	sim	sim
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ	sim	sim	sim	sim
Universidade Federal de São Carlos	sim	sim	sim	sim
Universidade Estadual de Campinas	sim	sim	sim	sim
Universidade do Estado de Minas Gerais	sim	sim	sim	sim
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	sim	sim	sim	sim
Universidade Federal de Lavras	sim	sim	sim	sim
Universidade Federal do Espírito Santo	sim	sim	sim	não
Universidade Federal de São Paulo	sim	sim	sim	sim
Universidade do Estado do Amazonas	sim	sim	sim	sim
Universidade Federal do Amapá	sim	sim	não	sim
Universidade Federal de Roraima	sim	sim	não	sim
Universidade Federal do Acre	sim	sim	sim	sim
Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão	sim	sim	sim	sim
Universidade Federal do Amazonas	sim	sim	sim	não
Universidade de Tocantins	sim	sim	sim	sim
Universidade Federal do Maranhão	sim	sim	sim	sim
Universidade Estadual do Maranhão	sim	sim	sim	sim
Universidade Federal do Pará	sim	sim	sim	sim
Universidade do Estado do Pará	sim	sim	não	sim
Universidade Federal de Pernambuco	sim	sim	sim	sim
Universidade Federal do Piauí	sim	sim	sim	não
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte	sim	sim	sim	sim
Universidade Federal de Alagoas	sim	sim	sim	sim
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	sim	sim	sim	sim
Universidade Regional do Cariri – URCA	sim	sim	sim	sim
Universidade do Estado da Bahia	sim	sim	sim	sim
Universidade Federal da Paraíba	sim	sim	sim	sim
Universidade Federal do Ceará	sim	sim	sim	sim

Universidade Estadual de Feira de Santana	sim	sim	sim	sim
Universidade Federal de Campina Grande	sim	sim	sim	sim
Universidade Federal Rural de Pernambuco	sim	não	não	não
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia	sim	sim	sim	sim
Universidade Federal Rural do Semi-Árido – Ufersa	sim	sim	sim	sim
Universidade Estadual de Santa Cruz	sim	sim	sim	sim
Universidade do Estado de Pernambuco	sim	sim	sim	sim
Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia	sim	sim	sim	sim
Universidade Federal de Sergipe	sim	sim	sim	sim
Universidade Federal de Goiás	sim	sim	sim	sim
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul	sim	sim	sim	sim
Universidade Federal de Mato Grosso	sim	sim	sim	sim
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	sim	sim	sim	sim
Universidade Estadual de Goiás	sim	sim	sim	sim
Universidade do Estado do Mato Grosso	sim	sim	sim	sim
Universidade Federal de Tocantins	sim	sim	sim	sim
Total	72	70	66	66

Fonte: Diagnóstico da Extensão Universitária Brasileira – 2005.



Informações

COORDENAÇÃO NACIONAL

Presidente

Lúcia de Fátima Guerra Ferreira – UFPB

Vice-Presidente

Eunice Sueli Nodari – UFSC

Secretária Executiva

Linda Omar Bernardes – UNIFESP

Coordenação das Regionais

Norte

Ney Cristina Monteiro de Oliveira – UFPA

Nordeste

Luiz Antônio Maciel de Paula – UFC

Centro-Oeste

Maria José Telles Franco Marques – UEMS

Sudeste

Maria Georgina Washington – UERJ

Sul

Tatiana Camiotto Menestrina – UDESC

Assessores Especiais

Edison José Corrêa – UFMG

Targino Araújo Filho – UFScar

Marco Antônio França Faria – UFRJ

COORDENAÇÃO NACIONAL DAS ÁREAS TEMÁTICAS

Comunicação

Sara Viola Rodrigues – UFRGS

Cultura

Alberto Ferreira da Rocha Júnior – UFSJ

Direitos Humanos e Justiça

Laura Tavares Ribeiro Soares – UFRJ

Educação

Ângela Imaculada Loureiro Dalben – UFMG

Meio Ambiente

Vítor Hugo Borba Manzka – UFPEL

Saúde

Edison José Corrêa – UFMG

Tecnologia e Produção

Targino de Araújo Filho – UFSCar

Trabalho

Raimundo Bonfim dos Santos – UESC

COORDENAÇÃO DAS COMISSÕES

Permanente de Avaliação da Extensão Universitária

Maria José Telles Franco Marques – UEMS

Flexibilização Curricular e Indissociabilidade Ensino, Pesquisa e Extensão

Regina Guedes Moreira Guimarães – UNIRIO

